

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	XIII
---------------------------	------

A) DIREITO MATERIAL

Capítulo I — Intróito	1
Capítulo II — Visão inicial do conceito	4
1. Natureza jurídica. A afetação e os efeitos do bem de família, a restrição ao direito de propriedade e a exceção ao princípio de os bens do devedor garantirem o credor	5
2. Bem de família facultativo ou voluntário	7
3. Bem de família obrigatório	8
4. Propriedade de dois ou mais imóveis residenciais	8
5. Requisitos básicos para a caracterização do bem de família. Os residentes episódicos em local diverso e a locação do único imóvel familiar não o descaracterizam	12
Capítulo III — Perfil histórico-sociológico	15
A constitucionalidade da Lei n. 8.009/90	20
Capítulo IV — Definição	23
A interpretação das normas sobre o bem de família	24
Capítulo V — Sujeitos ativos (instituidores e beneficiários) e passivos	26
1. Condomínio de pessoas	33
2. Convívio homossexual	39
Capítulo VI — Objeto do bem de família	41
1. Unicidade e indivisibilidade	42
2. A inexecutibilidade dos bens móveis	44
3. A simples posse do imóvel residencial	54
4. Outros direitos reais. Compromisso de venda e compra e contratos de financiamento do imóvel residencial, enfiteuse e superfície, uso e habitação	56

5. A terra nua	57
6. O imóvel em construção	59
7. A pequena propriedade rural	60
8. O imóvel misto	62
9. A garagem, depósito e demais dependências, como unidades autônomas no edifício de apartamentos	64
10. Os apartamentos unificados	66
Capítulo VII — Duração do bem de família	68
1. A desafetação do bem de família facultativo	69
2. A descaracterização do bem de família e a prescrição ..	70
3. A locação do imóvel da família para residência em outro local	71
Capítulo VIII — A inexecutibilidade como regra geral	76
Capítulo IX — As exceções à regra da inexecutibilidade	78
1. Despesas condominiais (art. 1.715, <i>in fine</i> , do CC)	79
2. Crédito por fiança dada em contrato de locação (Lei n. 8.009/90, art. 3º, VII)	83
3. Crédito hipotecário sobre o imóvel (Lei n. 8.009/90, art. 3º, V)	90
3.1. A hipoteca judiciária	92
4. Veículos, obras de arte e adornos suntuosos (art. 2º, <i>caput</i> , da Lei n. 8.009/90).....	93
5. Os créditos trabalhistas e contribuições previdenciárias de empregados da residência considerada bem de família (Lei n. 8.009/90, art. 3º, I)	96
6. Crédito de financiamento da residência da família (Lei n. 8.009/90, art. 3º, II)	97
7. Créditos de pensão alimentícia (Lei n. 8.009/90, art. 3º, III)	100
8. Créditos fiscais nos tributos que tenham fato gerador relacionado com o imóvel familiar (Lei n. 8.009/90, art. 3º, IV)	102
9. Aquisição com produto de crime ou crédito decorrente de condenação a ressarcimento, indenização, perdimento de bens e indisponibilidade (Lei n. 8.009/90, art. 3º, VI) ...	103

B) DIREITO PROCESSUAL

Capítulo X — A defesa do bem de família no processo de execução dos títulos extrajudiciais e no cumprimento da sentença	108
1. A alegação de existência do bem de família	109
2. A prova da alegação	110
3. Apresentação em simples petição	111
4. Exceção de pré-executividade	113
5. Embargos do devedor e a impugnação ao cumprimento da sentença.....	115
6. Embargos de terceiro	117
7. Mandado de segurança	118
Capítulo XI — A antecipação da defesa do bem de família na ação condenatória	121
Capítulo XII — O cabimento da ação declaratória	122
Capítulo XIII — A tutela cautelar como meio de defesa do bem de família	124
Capítulo XIV — Ação pauliana	125
MODELOS	
1. Exceção de pré-executividade.....	127
2. Embargos à execução	129
3. Impugnação ao cumprimento da sentença.....	131
4. Impugnação aos embargos à execução	133
5. Sentença	135
6. Embargos de terceiro	137
7. Mandado de segurança	140
8. Escritura de instituição do bem de família	144
9. Pedido de alvará para desafetação	146
10. Escritura de desafetação como bem de família	148
11. Mandado de cancelamento de averbação do bem de família	150
12. Matrícula no Registro de Imóveis	151

<i>Bibliografia</i>	153
ANEXOS	
I — Jurisprudência sobre a eficácia das penhoras nas execuções em curso (art. 6º da Lei n. 8.009/90)	157
II — O bem de família e o novo Código Civil	168
APÊNDICE	
I — Arts. 70 e s. do Código Civil de 1916	171
II — Lei n. 8.009, de 29 de março de 1990	171
III — Arts. 1.711 e s. do Código Civil de 2002	174